

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

CNPJ: 01.832.808/0001-06

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cuiabá - MT, 28 de março de 2018.



Belisa Souza Maggi

Presidente do Conselho Diretor



Juliana de Lavor Lopes

Secretária Executiva e Membro do Conselho
Diretor

**Balanco Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2017.
(Valores expressos em reais – R\$)**

ATIVO		2017	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2017	2016
CIRCULANTE	<i>Nota Explicativa</i>			CIRCULANTE	<i>Nota Explicativa</i>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	11.758.045,78	11.171.034,37	Fornecedores	18	90.056,39	66.419,48
Outros Créditos	11 e 1	12.319,85	13.133,53	Obrigações Trabalhistas e Sociais	19	147.212,10	128.657,02
Imobilizado Disponível para Venda	2	259.999,69	0,00	Obrigações Fiscais	19	10.331,62	11.031,22
				Outras Obrigações	19	0,00	104,18
Total do Ativo Circulante		14.030.365,42	11.184.207,90	Total do Passivo Circulante		247.600,11	205.211,90
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado Intangível	3	814.221,54	1.205.130,22	Patrimônio Social	19	11.705.854,44	11.670.194,19
		87.434,24	1.137,20	Ajuste de Avaliação Patrimonial	19	777.234,07	816.779,54
				Superávit do Exercício	19	297.102,64	1.849.368,69
Total do ativo não circulante		1.001.675,78	1.264.753,42	Total do Patrimônio Líquido		14.784.191,15	14.344.347,42
TOTAL DO ATIVO		15.032.041,20	14.548.961,32	TOTAL DO PASSIVO		15.032.041,20	14.548.961,32

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstração do Resultado do Período
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em reais
– R\$)**

		2017	2016
Receita Operacional Bruta (atividade preponderante, c/c art. 6º do Estatuto Social)	<i>Nota Explicativa</i>	4.708.854,67	7.133.205,91
(-) Deduções da Receita Bruta		-	-
Receita Operacional Líquida	20 e 21	4.708.854,67	7.133.205,91
(-) Custos Operacionais (Lei No. 6.404/76, artigo 187)		3.115.774,88	5.268.693,91
Resultado Bruto (Lei No. 6.404/76, artigo 187 e ITG 2002)		1.593.079,79	1.864.512,00
(-) Despesas de Custeio		563.522,83	585.856,69
Gerais e Administrativas		132.453,81	252.646,49
Depreciações e Amortizações	3	70.138,93	132.453,85
Resultado Financeiro Líquido		946.115,57	970.957,03
Outras Recitas e Despesas		140.500,00	0,00
Receita Com venda de Ativo Circulante		140.500,00	0,00
Superávit/Déficit do Exercício		297.102,64	1.849.368,69

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BSW




Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em reais
– R\$)

Histórico		Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	nessa rubrica	6.490.075,10	0,00	5.233.902,19	14.521,90	11.678.399,19
Incorporação ao Patrimônio Social	11	5.333.902,19	0,00	-5.233.902,19	0,00	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	816.779,54	816.779,54
Transferência para Patrimônio Social	11	14.521,90	0,00	-	-14.521,90	0,00
Superávit do Exercício de 2016		-	-	1.849.368,69	-	1.849.368,69
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		11.678.399,19	0,00	1.849.368,69	816.779,54	14.344.547,42
Incorporação ao Patrimônio Social	11	1.849.368,69	-	-1.849.368,69	-	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	142.741,09	142.741,09
Reversão de Avaliação Patrimonial	11	182.296,56	-	-	-182.296,56	0,00
Superávit do Exercício de 2017		-	-	297.102,64	-	297.102,64
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		14.309.864,44	0,00	297.102,64	777.224,07	14.784.191,15

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em reais
– R\$)

		2017	2016
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do Exercício			
Superávit do Exercício	11	297.102,64	1.849.368,69
(+) Despesa com Depreciação e Amortização	9	70.138,99	132.463,85
(+/-) Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	-	816.779,54
(+/-) Ajuste de Exercícios Anteriores		142.741,09	-
Superávit do Exercício Ajustado:		509.982,66	2.798.612,08
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC			
(+/-) [Aumento]/Diminuição de Créditos a Receber	6	(3.959,89)	3.775,61
(+/-) [Aumento]/Diminuição de Despesas Antecipadas	7	4.773,77	3.844,80
Total de Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC		813,88	7.620,41
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC			
(+/-) [Aumento]/Diminuição de Fornecedores	10	25.636,85	41.505,61
(+/-) [Aumento]/Diminuição de Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais	10	(2.991,02)	17.243,23
(+/-) [Aumento]/Diminuição de Provisão de Férias e Encargos	10	21.546,10	17.632,16
(+/-) [Aumento]/Diminuição de Obrigações Vinculadas a Fiscais e Tributárias	10	(501,60)	6.412,67
(+/-) [Aumento]/Diminuição de Outras Obrigações	10	(504,18)	504,18
Total de Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC		43.186,15	83.297,85
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		553.982,69	2.889.530,34
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+/-) Imobilizado - baixas (adições) líquidas	8	119.517,90	(773.793,59)
(+/-) Intangível - baixas (adições) líquidas	8	(86.529,18)	-
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		32.988,72	(773.793,59)
TOTAL DAS ATIVIDADES [1 + 2]		586.971,41	2.115.736,75
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Saldo no Início do Exercício	1	13.171.074,37	11.055.337,62
Saldo no Final do Exercício	1	13.758.045,78	13.171.074,37

Handwritten signatures and initials:



As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em reais
– R\$)

(Em R\$)		2017	%	2016	%
	Nota Explicativa				
1. RECEITAS		5.972.709,62		8.347.339,05	
Receitas de Doações e Apoio a projetos	16	4.537.160,31		5.886.190,30	
Outras Receitas	17	171.694,36		247.015,61	
Receitas Financeiras		1.123.354,95		1.214.133,14	
Receitas Não Operacionais	17	140.500,00		0,00	
2. VALOR ADICIONADO BRUTO		5.972.709,62		8.347.339,05	
RETENÇÕES		70.138,93		132.463,85	
Depreciação e Amortização	8	70.138,93		132.463,85	
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA		5.902.570,69		8.214.875,20	
4. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM		0,00		0,00	
Ganhos na venda ou baixa de imobilizado		0,00		0,00	
5. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		5.902.570,69		8.214.875,20	
6. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		5.902.570,69	100	8.214.875,20	100
Despesas com Pessoal		1.791.921,72	30,36	1.451.703,64	17,67
Serviços de Terceiros		1.910.838,12	32,37	1.367.568,05	16,65
Encargos e Tributos de Terceiros		10.459,30	0,18	8.967,34	0,11
Apoio a Projetos Culturais, Ambientais, Sociais		702.120,56	11,90	2.401.267,38	29,23
Apoio, Parceria Contínua a Instituições		25.436,80	0,43	53.312,40	0,65
Projeto, Sociais, Culturais, Ambientais da FALM		306.173,50	5,19	276.042,68	3,37
Despesas de Viagens		368.824,86	6,25	310.832,42	3,79
Despesas Administrativas		129.611,13	2,20	145.281,68	1,77
Despesas com Tributos, Taxas e Multas		5.714,63	0,09	10.842,13	0,13
Despesas Financeiras		177.239,38	3,00	243.166,11	2,96
Despesas com Seguros		7.267,82	0,12	6.886,70	0,08
Despesas com Voluntários		0,00	0,00	1.001,73	0,01
Outras Despesas		169.860,23	2,88	88.634,25	1,08
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		297.102,64	5,03	1.849.368,69	22,51

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ESM

A 8

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em reais
– R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação André e Lucia Maggi é uma instituição sem fins econômicos e lucrativos, criada em Assembleia Geral realizada em 17 de fevereiro de 1997, sua escritura pública de constituição foi lavrada no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros da Comarca de Tangará da Serra/MT, sob o nº 440, folha 236 do Livro A-3, em 07 de março de 1997. Seu foco de atuação está direcionado para a promoção do desenvolvimento social, atuando, prioritariamente, em parceria com instituições nacionais e internacionais nestes projetos.

Sua sede está localizada em Cuiabá (MT) e conta ainda com duas filiais, sendo o Projeto Casa Maggica, em Rondonópolis – MT e o projeto Centro Cultural Velha Serpa, em Itacoatiara – AM.

A Instituição possui Título de Utilidade Pública Federal, conforme Portaria nº 509 de 05 de março de 2007, o Título de Utilidade Pública Estadual, conforme lei nº 6.938 de 15 de outubro de 1997 e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n.º 4.635 de 12 de setembro de 2005, com registro no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS,

São finalidades Institucionais estatutária, conforme artigo 6:

- I. Estimular atividade de pesquisa nas áreas de educação, saúde e assistência social;
- II. Realizar pesquisas, estudos, programas e projetos nas áreas de desenvolvimento social e da saúde, desenvolvimento econômico, agropecuário, agroindústria, com reflexos na comunidade em geral;
- III. Promover, apoiar e incentivar ações nas áreas da educação da infância e adolescência, cultura, saúde, assistência social, recreação e esporte estudantil, proporcionando integral desenvolvimento da coletividade, do bem comum, no interesse social;
- IV. Promover a defesa, preservação, conservação e recuperação do Meio Ambiente;
- V. Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências;
- VI. Prestar qualquer tipo de apoio a outras instituições e iniciativas, apoiando, reconhecendo e premiando as melhores práticas sociais e de gestão;
- VII. Apoiar instituições com objetivos congêneres ou afins, através de formalização de parcerias de colaboração ou convênios, promovendo atividades com outras instituições, mantendo intercâmbios técnicos ou científicos, educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativas e quaisquer outros.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2017, a Entidade seguiu a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que altera artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e



procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - (Resolução CFC Nº 1.330/11 - NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados aos respectivos documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa
- Vida útil dos ativos - Nota 4.d
- Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - Nota 4.e
- Provisões e contingências - Nota 4.f
- Ajuste a valor presente - Nota 4.j
- Reconhecimento de receita - Nota 4.l

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Fundação autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 28 de março de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo as observações contidas na Nota 4.o – Políticas Contábeis e Mudança de Estimativa.



4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Aplicações de Liquidez Imediata** – As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.
- c) **Ativo Circulante Mantido para Venda** – A Fundação classifica um ativo ou o grupo de ativos mantido para venda quando esse estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Assim, a entidade classifica um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.
- d) **Imobilizado** – Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado). O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A Entidade, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos contabilmente na conta de "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" nas demonstrações dos resultados.
- e) **Redução ao valor Recuperável de Ativos** – A Fundação avalia anualmente a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos não financeiros, em especial dos grupos imobilizado e intangível. Na avaliação considera eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").



- f) **Passivo Circulante e Não Circulante** – Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
- g) **Prazos** – Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.
- h) **Provisão de Férias e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos colaboradores até a data do balanço.
- i) **Provisão de 13º Salário e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.
- j) **Ajuste ao valor Presente** – Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontada as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC Nº 1.151/09 que aprova NBC TG 12.
- k) **As Despesas e as Receltas** – Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- l) **Apuração do Resultado** – O resultado foi apurado seguindo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- m) **Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)** – A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.
- n) **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** – A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.138/2008 (alterada pela Resolução CFC 1.162/2009) que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.
- o) **Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros** – As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "EVALU" and a large stylized signature.

com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras da Entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. A Junta de Educação no exercício de 2017 efetuou correções de períodos anteriores, conforme disposição da NBC TG 23 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), realizando a reversão de despesa com provisões de IRRF sobre Aplicação financeira que fora reconhecido de forma inapropriada nos exercícios anteriores na conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial", somando o total de R\$ 142.741,09. A Administração julgou ser impraticável determinar os efeitos da mudança de política contábil na informação comparativa para os períodos anteriores apresentados, tendo em vista a relação custo-benefício de tal informação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores de disponibilidade imediata mantidos em tesouraria e instituições financeiras, segue valores:

Contas	2017	2016
Bancos-Conta Movimento	108.471,77	94.248,14
Aplicações Financeiras	13.644.691,97	13.073.586,73
Fundo Fixo	4.882,04	3.239,50
Saldos Totais em Reais	13.758.045,78	13.171.074,37

6. CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER

Os saldos deste grupo referem-se a adiantamentos de viagens e a impostos recolhidos a maior, a serem restituídos e/ou compensados, segue valores:

Contas	2017	2016
Adiantamento a Empregados	7.173,28	672,19
Impostos a Recuperar	562,22	3.103,42
Saldos Totais em Reais	7.735,50	3.775,61

7. OUTROS CRÉDITOS

Este grupo é composto pelos seguros e serviços contratados, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal:

Contas	2017	2016
Despesas Antecipadas	4.584,15	9.357,92
Saldos Totais em Reais	4.584,15	9.357,92

8. ATIVO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Referem-se a terrenos e edificações mantidos para venda, sendo reconhecida sua perda de acordo com o valor aprovado para iniciação de leilão em 2017. As edificações uma vez classificadas como mantidas para venda não são mais depreciáveis.

Contas	2017	2016
Ativo Circulante mantido para venda	392.939,21	0,00
Imobilizado Disponível para Venda	326.469,60	0,00
Perda c/ desvalorização de Imobilizado dis. P/ venda	66.469,61	0,00

9. ATIVO NÃO-CIRCULANTE: IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear para perdas por imparidade, quando aplicável.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Adicionalmente, a Administração não verificou a existência de indicadores de que os ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável ou que houvesse alteração na vida útil determinada para cada ativo, e conseqüentemente nenhuma alteração da vida útil estimada ou estimativa para perda de valor recuperável destes ativos foi reconhecida.

O intangível em andamento refere-se à construção de um software que permitirá a gestão de dados e informações de alunos do projeto Casa Maggica.

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2017	(Adições)/Baixas	2016
Terrenos	1	N/A	449.000,00	(187.200,00)	636.200,00
Edificações	1	4% a.a	302.166,03	(450.371,61)	752.537,64
Máquinas e Equipamentos	41	6,67% a.a	159.137,57	(2.461,53)	161.599,10
Equipamentos de Informatica	79	20% a.a	203.587,72	34.859,2	168.728,52
Móveis, Eletrodomésticos e Utensílic	140	6,67% a.a	122.689,88	0,00	122.689,88
Veiculos	3	10% a.a	111.909,02	11.118,02	100.791,00
Equipamentos Audiovisuais	115	100%a.a	84.975,59	3.443,65	81.531,94
(-)Depreciação Acumulada			-519.274,27		-660.941,86
Imobilizado líquido,em reais			914.191,54		1.363.136,22

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2017	(Adições)/Baixas	2016
Software	21	20% a.a	45.980,69	2.044,18	43.936,51
Intangível em Andamento			84.485,00	84.485,00	0,00
(-) Amortização Acumulada			-43.031,45		-42.319,31
Intangível líquido,em reais			87.434,24		1.617,20
Total do Ativo Não Circulante			1.001.625,78		1.364.753,42

10. PASSIVO CIRCULANTE (Obrigações a Curto Prazo)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais. Segue composição do Passivo Circulante:

Descrição	2017	2016
Vinc. Fornecimento de Mat. E Serv.	90.056,33	64.419,48
Fornecedores	90.056,33	64.419,48
Obrigações Trabalhista e Sociais	59.825,07	62.816,09
Salários	194,15	1.963,75
FGTS	11.049,31	10.762,55
INSS	37.116,54	38.724,93
PIS	1.701,44	1.623,68
IRRF	9.683,63	9.706,75
Contr Sindical	80,00	0,00
Rescisões	0,00	34,43
Obrigações Fiscais	10.531,62	11.033,22
IRRF	3.305,23	2.870,76
ISS a Recolher	4.360,50	2.315,21
PIS/COFINS/CSLL	2.865,89	4.360,54
INSS	0,00	1.486,71
Provisões Trabalhistas	87.387,03	65.840,93
Férias	63.879,63	48.129,49
Encargos sobre Férias	23.507,40	17.711,44
Outras Obrigações	0,00	504,18
Outros Credores por Obrigações a Pagar	0,00	504,18
Total em reais	247.800,05	204.613,90

Flow
[Handwritten signature]

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício de R\$ 297.102,64 (Duzentos e noventa e sete, cento e dois reais e sessenta e quatro centavos), os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

12. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado. Assim, o saldo refere-se ao ajuste decorrente da adoção do custo atribuído dos ativos, o qual é realizado por baixa e/ou depreciação dos bens que deram origem ao ajuste.

13. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Superávit do exercício de 2017 foi de R\$ 297.102,64 (Duzentos e noventa e sete, cento e dois reais e sessenta e quatro centavos) e consta incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

14. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Os valores segurados são definidos pela Administração da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

Modalidade	2017	2016
Edificações	449.000,00	752.537,64
Veículos	111.909,02	100.791,00

15. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e também é isenta à incidência das Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei No. 9.532/97; Lei No. 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14.

16. DOAÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente, a Entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, conforme estão previstas no seu Estatuto Social, artigo 6º.

No exercício corrente, a Entidade recebeu em caráter de doação, um veículo Gol G4 4 portas 1.0 Flex ano e modelo 2011, pelo valor de em R\$ 11.118,02. Segue abaixo o demonstrativo de receitas:

Exercício	Valor Recebido
2017	4.537.160,31
2016	6.886.190,30
TOTAL	11.423.350,61

Handwritten signature and initials.

17. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (Fatos Extraordinários)

Conforme a Resolução CFC Nº 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	2017	2016
3.1.02	Outras Receitas	171.694,36	247.015,61
3.2	Outras Receitas Não Operacionais	140.500,00	-
4.2	Outras Despesas	169.860,23	88.634,25

18. ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

Em 2017 a Fundação André e Lucia Maggi (FALM) continuou com a implantação das Diretrizes Estratégicas aprovadas para o período de 2014 a 2018, com a visão de "Transformar pessoas e comunidades para o desenvolvimento sustentável" e tendo como missão a tarefa de "Contribuir para o desenvolvimento local e humano" nas comunidades onde atua.

Por meio dos recursos financeiros captados do setor privado, a Fundação André e Lucia Maggi atingiu suas finalidades desenvolvendo diversos programas, projetos e ações. Destacamos os seguintes eixos, ações e projetos executados em 2016:

(I) Eixo Fortalecimento Institucional: são projetos que contribuem para o fortalecimento institucional de organizações sociais existentes nos municípios onde atuamos, ampliando assim a atuação das redes locais e fortalecendo a capacidade de gestão destas organizações. Em 2017, a FALM deu continuidade ao projeto Transformar, que promove capacitações para iniciativas e empreendedores sociais. Também realizou a segunda edição do Prêmio Fundação André e Lucia Maggi, que reconheceu sete instituições sociais dos estados de Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Goiás e Paraná, pelos resultados de seu trabalho visando o desenvolvimento local.

(II) Eixo Tecnologia Social para a Cidadania: As tecnologias sociais são definidas como produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social. Neste sentido, a Fundação André e Lucia Maggi concluiu um estudo para aplicar a metodologia sistematizada pelo Projeto Casa Maggica Rondonópolis em outros espaços. Por meio de uma tecnologia social, contribuiremos com políticas públicas voltadas à educação que visam à formação integral do indivíduo, que contribuirão para o pleno desenvolvimento da criança e adolescente e seu preparo para a cidadania.

(III) Eixo Desenvolvimento Local: Para promover o desenvolvimento local é necessário pensar soluções que envolvam a comunidade. Esse eixo de trabalho é caracterizado pelo fomento ao trabalho participativo. Em 2017, a FALM atuou com projetos que dão suporte, facilitando o processo de planejamento conduzido pela comunidade, buscando o protagonismo dos atores envolvidos, identificando oportunidades e ativos definindo prioridades em relação ao potencial comunitário. Estas ações foram desenvolvidas nos municípios mato-grossenses de Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde e Querência, por meio do Projeto Potencializa, e em Itacoatiara (AM) com o Centro Cultural Velha Serpa.

(IV) Eixo Parcerias: Manter parceiros e disseminar a prática de investimento social privado onde atuamos é uma das formas que a Fundação André e Lucia Maggi contribui para o desenvolvimento local. Por isso, este eixo é transversal a todos os

Handwritten signature and initials in blue ink.

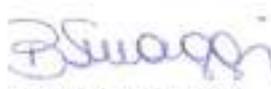
outros projetos. Nele está concentrada a busca por desenvolver uma rede de parcerias onde atuamos. A

(V) Outras ações: A Fundação André e Lucia Maggi também mantém apoio financeiro a algumas instituições que são parceiras de longa data e fazem parte de sua história. Isso porque elas atendem à missão e visão da FALM e causam impacto social nas comunidades onde atuam. Além disso, em 2017, a Fundação André e Lucia Maggi concluiu a obra da escola Argeu Augusto de Moraes, localizada na Vila Itamarati e que atende a 580 alunos, a maioria filhos de colaboradores e colaboradores da Fazenda Itamarati, empreendimento da AMAGGI no município de Campo Novo do Parecís.

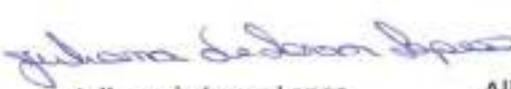
Abaixo segue, de forma especificada, todos os recursos investidos pela Fundação André e Lucia Maggi no ano corrente de 2017.

Descrição	2017	2016
FUND. ANDRÉ E LUCIA MAGGI - MATRIZ	4.328.094,56	5.188.329,53
Administrativo	1.153.934,78	1.191.200,66
Programa Formação Jovens Bailarinos	0,00	58.339,10
Apaê Rondonópolis	14.271,00	14.749,00
Creches Rondonópolis	11.165,80	10.875,40
Seleção Pública De Projetos	0,00	390,52
Ações Pontuais	134.806,82	0,00
Produtores Responsáveis Aumentam Desenvolvimento Local	164.865,52	301.758,43
Programa de Parcerias	2.294,53	10.169,64
Implantação e Avaliação de Impactos	89.336,75	0,00
Potencializa	579.269,59	507.805,84
Programa Estratégico de Comunicação	457.681,16	203.936,57
Programa de Engajamento	0,00	21.265,75
Casa Maggica Cuiabá	288.756,36	64.673,17
Governança	36.805,13	47.593,92
Premio FALM	533.131,32	90.830,02
Transformar	339.436,44	257.072,13
Mundo Maggico	177.652,45	35.521,50
Escola Vila Itamarati	344.686,91	2.372.147,88
FUND. ANDRÉ E LUCIA MAGGI - ITACOATIARA	397.110,43	390.694,72
Complementação Alimentar	0,00	39.326,77
Centro Cultural Velha Serpa	397.110,43	351.367,95
FUND. ANDRÉ E LUCIA MAGGI - RONDONOPOLIS	111.422,20	114.443,22
Complementação Alimentar	111.422,20	114.118,54
Cozinha Experimental	0,00	324,68
FUND. ANDRÉ E LUCIA MAGGI - SAPEZAL	30.000,00	27.688,00
Parcerias Contínuas	30.000,00	27.688,00
FUND. ANDRÉ E LUCIA MAGGI - CASA MAGGICA	808.979,79	776.814,89
Casa Maggica Rondonópolis	808.979,79	776.814,89
Totais em Reais	5.675.606,98	6.497.970,36

Cuiabá - MT, 31 de dezembro de 2017.



Belisa Souza Maggi
Presidente do Conselho Diretor
CPF: 042.697.239-20



Juliana de Lavor Lopes
Secretária Executiva e Membro do
Conselho Diretor
CPF: 073.251.377-45



Aline de Souza Saviczki
Contadora - CRC-MT 017668/O-8
CPF: 009.611.561-04